

HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO

Revisando Haussmann

Os limites da comparação.
A Cidade, A Arquitetura
e os Espaços Verdes
(o caso de Belo Horizonte)

Proponho uma reflexão centrada nos limites da comparação entre a intervenção do barão Haussmann, em Paris, de 1853 a 1870, e as possibilidades de apropriação desse modelo na construção de Belo Horizonte, cidade capital fundada em 1894. Escolhi três dimensões de uma mesma realidade para encaminhar esta reflexão: o traçado da *cidade*, a *arquitetura* e os *espaços verdes*.



O BARÃO
HAUSSMANN,
PREFEITO DE
PARIS DE
1853 A 1870

Uma explicação histórica passa sempre pela comparação (1), mas, para que haja comparação, já dizia Marc Bloch, duas condições são necessárias - uma certa analogia entre os fatos observados e uma certa dissemelhança entre os lugares onde eles se produzem. Bloch alerta especialmente para as “insidiosas similitudes” e para o problema das comparações extensivas que escondem diferenças importantes entre fenômenos aparentemente semelhantes, mas inscritos em realidades histórico-estruturais diversas. O rigor na busca das regularida-

Este texto, originariamente uma conferência, foi apresentado na exposição “A Paisagem Desenhada”, promovida pelo Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, em 9/5/94.

HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO é professora da ECA-USP. Sua tese de doutorado *Belo Horizonte: Histoire d'une Capitale au XIXe Siècle. Représentations Urbaines et Architecturales Françaises au Brésil - une Étude de Cas* recebeu recentemente o "Prix de L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales" (selecionada como a tese do ano) e será publicada na França numa co-edição Flammarion-EHESS.

des variáveis se faz em função das diferenças de origem dos fenômenos cujas categorias de pensamento são comuns. A construção dos níveis da comparabilidade possível levam o historiador antes a distinguir do que a confundir. Não se trata também de acumular dados, e confrontá-los ilimitadamente, como fez a história positivista, mas de recortar questões em torno de um certo número de problemas. Uma heurística racional vai também além das generalizações, pois considera a historicidade dos fenômenos, ou seja, não dissocia os documentos e fatos dos atores sociais, das coordenadas espaço-temporais e especialmente das condições de possibilidade em todos os níveis.

A noção de *condições de possibilidade* mostra-se especialmente fecunda numa reflexão comparativa, substituindo com vantagens e indo além da noção inadequada e ultrapassada de "influência" (2). A análise das condições de possibilidade, tal qual ela é entendida por Michel de Certeau, Roger Chartier e Bernard Lepetit (3) engloba não só as noções de introdução e de difusão de modelos, mas especialmente a de apropriação, todas inscritas nas modalidades culturais da recepção. Estas é que dão sentido específico às representações transferidas.

Passemos agora às imagens introdutórias das nossas questões. Um mapa de Sabará representando um índio ajoelhado em posição defensiva diante do engenheiro que desenha, mostra, desde o século XVIII, o confronto entre o mundo natural e o civilizado - confronto extensivo aos instrumentos de trabalho dos dois homens (4). Mas as antinomias próprias das Luzes se prolongam: a régua e o compasso aparecem também nas mãos de Haussmann e representam ainda a ordem geométrica do universo contra o caos da natureza - o gesto de desenhar vai transformar a cidade antiga na nova. As antíteses estão implícitas tanto nas narrações utópicas de passagem de um espaço a outro, quanto nos discursos fundadores e de melhoramentos das capitais, no curso do século XIX. Espaço e história reais são vistos numa ótica negativa à qual se opõem espaço e história ideais e positivos. Mas esta ótica negativa, que pede a transformação e se estende na longa duração das representações da cidade ideal, apóia-se muitas vezes em problemas concretos, entre os quais o da salubridade urbana e o da circulação. Da

mesma forma, o cartesianismo, o funcionalismo e as topografias médicas anteriores são reafirmados e afinados pelos engenheiros politécnicos no século XIX (5).

A admiração pelas perspectivas que remonta ao urbanismo sensível das Luzes toma várias formas: da geometrização do território à "artealização" da natureza e da cidade. E assim nas imagens que representam Ouro Preto com ruas retas e arborização alinhada, que não correspondiam à realidade, mas saíam do pensamento normativo dos viajantes estrangeiros, da legislação colonial, da cartografia (6).

Os exemplos são muitos no decorrer do século XIX a confirmar as propostas da cidade nova, racional, regenerada. É sempre bom lembrar que fatos e projetos não aparecem de um dia para o outro. Porém, sem tempo para uma retrospectiva, passemos às questões centrais da comparação entre Paris e Belo Horizonte.

O caráter radical, inerente a uma cidade de fundação, torna ilegítima a comparação simplista até então feita. Esquece-se que Belo Horizonte é uma cidade nova e não uma proposta de intervenção sobre um tecido urbano já constituído. Precisamente podemos nos perguntar se o projeto de Belo Horizonte inscreve-se no esquema do urbanismo de regularização, no qual a haussmanização é um arquétipo. Sabe-se que Belo Horizonte surge da destruição total do arraial antigo onde ela se instala; ora, se o essencial da cidade moderna é que ela seja projetada, o plano da cidade nova só pode ser aplicado sobre a tábula rasa.

A ação de Haussmann é outra, apresenta-se como uma revisão da cidade antiga, uma intervenção que retifica a trama existente, que funciona sob o binômio "correção/manutenção, aceitação/violência" (7), contradições que se conciliam na ambivalência própria do século XIX. As demolições de Paris são parciais, se bem que inscritas numa perspectiva de intervenção global e em nome de uma nova organização da circulação formada pelas *percées* que fracionam e abrem a cidade em direção à periferia (8). O método é interpretado como cirúrgico, aplicado ao tratamento de uma cidade doente, como se costumava dizer na época.

A noção de sistema é outra representação então freqüente que aproximaria me-

lhor as duas cidades e que pode ser desenvolvida em dois níveis que convergem: na relação entre os atores sociais e na estruturação do espaço urbano.

O engenheiro Aarão Reis e sua plêiade de técnicos, a maioria da Politécnica do Rio de Janeiro, compõem a Comissão Construtora da Nova Capital, cuja "organização" (termo tipicamente saint-simoniano) baseava-se na noção de *sistema* - Reis concebe a Comissão Construtora como um sistema estruturado em seis seções, cada uma com suas subdivisões cujos serviços são distribuídos de modo minucioso e preciso, formando um todo *orgânico e harmonioso* (duas expressões do vocabulário da época). A Comissão Construtora lembra a idéia de classificação de grupos ou séries coordenadas entre si descritas por Charles Fourier e sobretudo a setorização administrativa das seções e subseções criadas por Haussmann. O princípio associativo, bem como a idéia de um "comitê infalível" de notáveis técnicos mobilizados por suas competências, capaz de assegurar o ritmo das obras e manter-se longe da gestão política e das especulações, vem de Saint-Simon e discípulos, leitura obrigatória na França do Segundo Império, citada pela geração de Reis no Rio de Janeiro (9).

Quando se afirma que a transformação de Paris realizada por Haussmann e seus auxiliares, hierarquicamente organizados, constitui um sistema, é em virtude da "correlação das partes que o constituem", isto é, a "rede de eixos estruturais" entre as vias, praças, monumentos e espaços verdes, inscritos num plano global de circulação, aeração, salubridade e equipamentos distribuídos na estrutura urbana.

Já em Belo Horizonte, onde o arraial antigo é totalmente demolido sem inter-relação entre os "constituintes" da cidade antiga com a nova, a haussmanização, se existe, só pode ser fragmentária. Sobretudo pois no momento em que se tenta materializar a competência técnica dos engenheiros no espaço da cidade, a política predomina, caindo por terra a sistemática da racionalidade com o afastamento de Reis e do seu grupo.

A haussmanização foi bem-sucedida pois ela correspondia exatamente, naquele momento, à evolução da história de Paris - toda mudança urbana carrega em si a lógica do

seu próprio desenvolvimento (10). O que não pode ser dito com relação a Belo Horizonte, cidade nova imposta a uma estrutura física colonial, cujo desaparecimento é decretado.

Se considerarmos ainda que a materialidade formal de uma cidade é indissociável da história intelectual de seus conceptores, a planta de Belo Horizonte, apesar de sua relativa simplicidade gráfica, é um documento privilegiado para analisar as transferências possíveis da reflexão urbanística internacional, revelando amálgamas de modelos e temporalidades múltiplas de leituras que definem uma cidade ideal.

O homem do século XIX, conforme o pensamento fourierista, "constrói seu sonho na realidade" - no caso de Reis, ele é fiel ao mito das Luzes onde a intervenção e a organização da natureza são corolários. É, portanto, anacrônico esperar que Reis aceite a natureza tal qual, sem transformação, pois o homem do século XIX é também aquele que "remodela as coisas e o espaço", como afirmava Fourier. Sua cidade será sobretudo uma "ruptura", "um mundo suplementar" e não um "complemento natural" do que já existe (11). Entre o olhar que percorre os horizontes nas manhãs frias (conforme contam os cronistas sobre os passeios de Aarão Reis pelo sítio, quando ele concebia a planta da cidade) e o gesto que *funda*, que *ordena* o espaço, há um verdadeiro abismo, que se explica perfeitamente pelo estágio da reflexão da época.

Não podemos nos contentar, então, com a afirmação rápida, presente na historiografia, de que a planta de Belo Horizonte não leva em conta a configuração do sítio - a palavra "topografia" aparece seis vezes nas duas páginas da sua apresentação e uma rede de triangulação serve de base ao traçado (12). E, ainda, o caráter rígrado do projeto de Reis se explica pelo peso dos códigos modernos defendidos pelos engenheiros progressistas da Politécnica, contrários às disposições das cidades antigas de ruas estreitas e tortuosas e pela obrigatoriedade de *mostrar* a diferença de se construir uma cidade racional. Esta, desenhada por um engenheiro, autor de tratados de geometria, só podia se basear na sua prática profissional.

A planta de Belo Horizonte é composta

de três zonas - urbana, suburbana e rural -; o xadrez mais regular concentra-se na zona central, que supõe uma trama dupla em que a geometria associa dois sistemas de vias: um quadriculado e outro diagonal, ambos inscritos numa regularidade global. Poderíamos aproximar esta concepção tripartida daquela da cidade ideal de Charles Fourier (13). A comparação vale também em relação à baixa densidade das construções previstas nas zonas do subúrbio. Pode-se, no entanto, afirmar que uma reflexão mais moderna está na origem da concepção da zona suburbana de Belo Horizonte, cidade-jardim *avant-la-lettre*, concebida para funcionar como uma transição entre a cidade e o campo, espaço intermediário urbano-rural, já que na terceira zona se instalariam as chácaras de abastecimento. Quanto à setorização dos equipamentos na planta da cidade - escolas, hospitais, estação ferroviária, matadouro, cemitério, estação de tratamento de água -, esta segue a lógica higienista ou a repartição funcional das utopias.

Passando ao debate entre a relação de proporção rua/altura das construções, é bom lembrar que este já era comum antes da fundação de Belo Horizonte; encontramos ecos dos textos dos irmãos Reynaud e da legislação de Paris de 1859 no plano de melhoramentos do Rio de Janeiro, em 1875, do qual já participa Pereira Passos (14). O engenheiro Aarão Reis pertence a esta geração, que discute as dimensões estreitas das ruas antigas e as construções encavaladas, procurando argumentos nos textos franceses e na modernização das grandes cidades do mundo; porém, apesar do conhecimento destas referências, a transformação da equação *rua/casa* seguirá ainda por algum tempo as disposições coloniais; na própria Belo Horizonte as desproporções vão predominar.

Malgrado a existência de longa data, na França, de um discurso como o do saint-simoniano Jean Reynaud, que defende uma irregularidade harmônica e condena as ruas longas e retas, este não entrara ainda na prática urbanística. A haussmanização e sua difusão que o digam. É, então, normal que este discurso, embora conhecido no Brasil, não seja levado em conta. A rua reta e as *percées* regeneradoras estão ainda na ordem do dia no começo do século XX, malgrado Camillo Sitte, ainda muito recente para tor-

nar-se referência. Belo Horizonte é desenhada na fronteira de grandes mudanças do discurso urbanístico. Os planos adaptados ao relevo e os traçados policêntricos, baseados nas curvas de nível, não se generalizam antes dos anos 1910 no cenário internacional. Não se pode portanto exigir isto de Aarão Reis no projeto de Belo Horizonte em 1894 - não há nada mais anacrônico do que esta crítica.

Sabe-se hoje, graças à pesquisa dos últimos dez anos, que o século XIX foi o mais severo crítico de sua época, e que seu julgamento negativo assimilado pelas gerações posteriores vigorou até a sua recente revisão. As formas desta crítica em linguagens várias, como por exemplo a *caricatura*, reduziu a haussmanização à obra de um regime político autoritário, com um programa de embelezamento estratégico, a uma "transformação burguesa" da cidade e à abertura de *boulevards* em nome da segurança militar contra a insurreição operária. Enquanto na França esta análise da haussmanização vem sendo revisada (15), noutras situações urbanas, como a de Belo Horizonte, em que a história não registra nem barricadas nem ainda a presença de uma classe operária, essa interpretação datada e *passépartout* na história das cidades ainda encontra adeptos.

A tendência dos últimos trabalhos sobre o haussmanismo é afastar-se dos julgamentos maniqueístas analisando-o com objetividade, sem ideologismo e levando em conta o "movimento de idéias", não só contemporâneo ao evento, mas anterior e posterior: "cem anos após sua morte, a reabilitação de Haussmann é incontestável, mas a imagem do grande prefeito autoritário nos interessa menos hoje do que a do homem marcado pelas contradições do seu tempo", ou do administrador que devia transformar Paris numa capital cosmopolita modelo (16).

Escreveu-se muito sobre as demolições - aqui vemos uma maquete que mostra a Paris antiga, o canteiro de obras e os novos imóveis. Primeiro deve-se reter que quase todos os contemporâneos de Haussmann, pró ou contra sua administração, admitiam que o centro de Paris era um amontoado de quarteirões insalubres, compondo uma imagem de degradação. Mas a questão das demolições envolve uma série de temas complexos, como a proporção entre o que se demoliu e o que se construiu, as desapropri-



ações e a crise de aluguéis, a especulação e as operações imobiliárias, os quais fogem do nosso enfoque e do tempo restrito deste ensaio.

Voltemos ao *boulevard*, pivô da haussmanização, que nos leva ao mesmo tempo às considerações comparativas com a *arquitetura*. O fato de se conceber Belo Horizonte com *boulevards promenades* ou vias radiais, não respondia, como em Paris, a uma necessidade virtual de circulação - tratando-se de uma cidade nova não se pode falar de "comunicações" ou de uma "lógica dos fluxos" como escrevia Jean Reynaud (17), que aliás não acreditava nas cidades novas, muito artificiais para serem "harmônicas". Não se pode então falar, no caso de Belo Horizonte, de uma "organização da mobilidade" entre os quarteirões ainda em formação: as vias superdimensionadas e inacabadas ficarão desertas por muito tempo.

Os superdimensionamento das ruas já era objeto de crítica em 1876 no Rio Janeiro: observava-se que aí não havia nenhuma rua tão movimentada, onde passassem mais de 1.000 carroças por dia para justificar alargamentos exagerados, enquanto em Paris, onde não havia ruas de 40 ou 50 m de largura, a circulação nos Champs Elysées, por exemplo, era de 2.060 carroças por hora (18).

Durante anos, os *carrefours* de Belo Horizonte ficarão sem monumentos, e certos edifícios previstos na interseção ou no final das avenidas (os pontos de mira) não serão jamais construídos, o que anula a idéia de uma composição orgânica articulada como é o caso no urbanismo parisiense com seus *boulevards* de cruzamento e ligação leste/oeste, norte/sul. Em Belo Horizonte, uma grande avenida longitudinal de 50 m de largura e 3.200 m de comprimento foi planejada para ligar a zona comercial perto da estação a um *carrefour* situado no Cruzeiro, onde estava prevista uma catedral. A tipologia da av. Afonso Pena, com suas duas vias paralelas e passeios laterais separados da pista por fileiras de árvores, dava-lhe a conotação de "*boulevard promenade*" parisiense. Reis pensava em gerar progressivamente o espaço de cada lado deste eixo de circulação principal distribuindo nos setores I a VII o mínimo indispensável para fazer funcionar uma cidade: edifícios administrativos, hotel, estação central,

mercado, escolas, igrejas e o parque.

A ortogonalidade das vias permitia confluências para as praças, com dimensões e formas variadas, mas as mudanças diversas e a execução fragmentada dos trabalhos anularam o efeito de conjunto e a regularidade original da espacialização. Certas praças acabaram concentrando vários edifícios enquanto outras não passaram de um nó de convergência de ruas.

Uma avenida de contorno de 35 m de largura e 10 km de extensão interrompia irregularmente o xadrez, delimitando a zona urbana em forma similar à de Paris - uma elipse deformada, conforme aconselhava Léonce Reynaud no seu tratado, em função da direção dos ventos e dorio. Este *boulevard* era também previsto na época para funcionar como uma barreira para receber os impostos das mercadorias que entravam na capital e como uma das "belezas futuras da cidade". Esta dupla função retoma a do *boulevard* periférico de Paris, descrito por César Daly em 1863 (19). Poderíamos dizer que a av. do Contorno de Belo Horizonte funcionava como uma "muralha" definindo o espaço da cidade e separando-o da zona de chácaras, três vezes mais extensa que a zona urbana. Essa idéia de fechar a cidade aparece nas utopias da Renascença onde as cidades ideais tinham um contorno definido por formas geométricas. No século XIX, nas cidades européias, as muralhas são substituídas por *boulevards* de periféricos, tanto para limitar o crescimento das aglomerações como para funcionar como elemento de ligação com os subúrbios. Reynaud também se referia no seu tratado a uma via larga religando todas as entradas e marcando o contorno exterior da cidade (20). É neste duplo sentido que Haussmann concebe o *boulevard* de contorno (*boulevard de ceinture*) de Paris.

Se a composição de uma cidade não pode se basear apenas na estética geométrica mas numa lógica da circulação, a articulação entre o urbanismo e a arquitetura é que lhe dá sentido. É o que acontece com a imagem de Paris: "a cidade inteira torna-se um só monumento no qual todas as partes são solidárias", observava César Daly. Os arquitetos a serviço de Haussmann tratam o imóvel como um monumento urbano, um *componente* da cidade. A monumentalidade não é construída apenas de objetos singulares (que

têm sua importância na geografia simbólica da cidade), mas de uma produção maciça de imóveis, cujo alinhamento e uniformização apóia-se em tradição de regularização bem anterior (21).

Colados uns aos outros, vistos de longe, os imóveis de Paris dão impressão de uniformidade: a tipologia predomina sobre a individualização dos detalhes decorativos. Em nenhum momento a arquitetura urbana do período haussmaniano, caracterizada pela regularidade e normatização de gabarito, pode ser chamada de carregada na decoração ou colorido - ao contrário (22). Nisto, a da av. Central ou a de Belo Horizonte não têm nada a ver com ela.

Em Paris, o edifício não é um objeto, como no caso de Belo Horizonte, mas uma continuidade no espaço sistematizado do quarteirão pelo conjunto dos elementos que o compõem. No entanto, se isolarmos um dos monumentos mais representativos do período, a ópera de Garnier e o compararmos ao Palácio da Liberdade de Belo Horizonte (projetado pelo arquiteto José de Magalhães que estava em Paris na inauguração do primeiro), ficam evidentes as diferenças da escala e do ornamento, dependentes do material e da mão-de-obra e não do estilo ou da tipologia. Na lateral, os volumes em alturas desiguais e a presença das rotundas, que explicitam externamente as funções internas, se assemelham, malgrado a decoração escultórica em pedra abundante no primeiro, e a estilização simplista no segundo. Questão de condições de possibilidade incomparáveis, em vários níveis, entre um e outro.

A nova trama urbana que resulta das transformações de Paris permitiu a variação no desenho dos lotes e inovou no recorte triangular dos quarteirões; decorre daí o imóvel de esquina, imitado internacionalmente, na longa duração, nas cidades que se modernizam. Em Belo Horizonte, esta tipologia aparecerá apenas nos anos 20, mas com grandes diferenças na escala, materiais e funções. O exemplo nos conduz ainda a observar que o aumento da escala das ruas não se fez acompanhar do aumento da escala da arquitetura. Assim, os imóveis dos lotes de esquina de Belo Horizonte não terão a mesma presença monumental dos de Paris, pela desproporção frente à largura das ruas. E também porque a falta de um gaba-

rito não os articula aos edifícios vizinhos.

A rede de *boulevards*, pontuada de praças ordenadas e edifícios públicos prestigiosos, compõe um todo estritamente organizado como um cenário minuciosamente construído. Mas a haussmanização não é só aparência ou desenho. No subsolo, como na superfície, todo um trabalho estava sendo feito. Os equipamentos e a infra-estrutura - água, gás, esgotos, mobiliário urbano, árvores, parques, *squares* - fazem parte de um programa coletivo de salubridade e urbanidade, montado ao mesmo tempo, da grande revolução e transtorno que representaram as obras na época.

Já em Belo Horizonte, as infra-estruturas urbanas foram executadas parcialmente e de modo descontínuo, privilegiando as zonas centrais. O mobiliário urbano e os transportes também não foram objeto de um programa integrado, os projetos se estendendo, no papel, por anos a fio.

A largura das ruas faz sentido não só pela dupla "aeração/luz", mas pela combinação de um terceiro ponto: a *vegetação*. O verde sublinha as perspectivas, confirmando a unidade da ação haussmaniana sobre as imagens da cidade. Enquanto *squares* e três parques internos são integrados no tecido urbano - Monceau, Montsouris e Buttes Chaumont -, dois grandes bosques - Boulogne e Vincennes - se estendem simetricamente a oeste e a leste de Paris.

Em Belo Horizonte pode-se dizer também que houve uma política de espaços verdes, as fotos antigas falam, por si sós, na imagem de uma "natureza urbanizada", com árvores sublinhando a perspectiva das ruas. Nas relações arquitetura/natureza deve-se considerar o problema das proporções entre plantas/ruas/construções, uma vez que estas últimas são prioritárias na mentalidade daqueles que construíam uma cidade "moderna e civilizada". Se as primeiras casas se inscreviam ainda na tradição colonial pela implantação na borda dos passeios, o fato de que uma fileira de árvores se interponha como transição entre a casa (espaço privativo) e a rua (espaço público) já é em si um fato novo. Entretanto, se a altura das casas era inferior à largura das ruas, o que não acontece com a relação *edifício/rua* na Paris haussmaniana, as críticas dos cronistas de Belo Horizonte se colocam noutros termos - são contra a invasão da vegetação



ACIMA, VISTA DO BOULEVARD-SAINT MICHEL; NA OUTRA PÁGINA, BOULEVARD DES CAPUCINES, AMBOS NA DÉCADA DE 60 DO SÉCULO PASSADO

em face da altura das casas, pois as árvores “escondiam as belas fachadas” (23). Num país de “primavera perpétua” (a expressão é dos engenheiros politécnicos brasileiros em 1900), o domínio da natureza tropical não era uma tarefa fácil.

Mas o melhor exemplo de criação de espaços verdes em Belo Horizonte é o grande parque municipal, tantas vezes mencionado nos textos fundadores, como um componente exemplar da modernidade da empresa. Esse parque é atribuído ao jardineiro paisagista francês Paul Villon, que teria feito o esboço junto com o arquiteto José de Magalhães. Villon pertencia a uma família de jardineiros; trabalhou quatro anos em Grenoble com Meunier e Rocher Frères, estudando horticultura e arboricultura. Foi discípulo de Barrilet-Deschamps, e em Paris trabalhou com Alphand (responsável pelo serviço de parques e jardins, principal colaborador de Haussmann). Em Marselha, Villon teria dirigido os trabalhos do parque Borely e a arborização da cidade, sempre sob a direção de Alphand e Lejourdan, isso

antes de vir para o Brasil; aqui, Villon trabalhará com o conterrâneo botanista Glaziou (24), a partir dos anos 1870, nos parques da Aclamação, Quinta da Boa Vista, e mais tarde nos jardins do Catete (palácio cuja reforma foi confiada a Aarão Reis) e no projeto de embelezamento da praia de Botafogo.

Ocupando um sítio acidentado de 640.000 m², a concepção pitoresca do parque de Belo Horizonte segue a topografia do terreno, enquanto as ruas que o cercam são submetidas a um plano geométrico. Isso não constitui um “contraste”, como já se escreveu, mas um princípio clássico - a combinação ordem/desordem segundo Laugier, um dos teóricos do XVIII, que evoca a cidade como um projeto de jardim. Trata-se de um sistema generalizado nas cidades ocidentais do século XIX, onde se impõem espaços ordenados, vias retas, edifícios em destaque, parques à inglesa, segundo os princípios da variedade do pitoresco e inseridos nos planos reguladores (25). Quando se lê Reynaud fica claro que os princípios para a disposição dos “jardins modernos” são descritos como os de uma composição arquitetural: enfatiza-se a “variedade das formas” e dos “pontos de vista” (presença de mirantes ou observatórios) e os “efeitos de luz e sombra” da vegetação (26).

O parque de Magalhães e Villon, muitas vezes elogiado por ser o mais importante da América do Sul, só foi realizado em parte. A utopia dos projetos arquitetônicos e paisagísticos ficou no papel. As construções previstas, com exceção de um pavilhão no meio do lago, não foram feitas. Mesmo o portão de ferro ornamentado e os pilares da entrada, tipicamente Beaux-Arts, seguindo os programas da *Ecole*, foram substituídos pela solução mais econômica de uma tela de galinheiro.

Conservam-se os desenhos dos projetos do parque: o observatório, a casa do guarda (semelhante a dos parques parisienses), um restaurante (cujo modelo apareceu na RGA, quando Magalhães estudava em Paris), e os elementos codificados do gênero, como os quiosques em ferro próximos dos modelos do álbum *Promenades de Paris*, de Alphand, ou em troncos, como este assinado por Magalhães, copiado literalmente do de uma antologia de modelos, que encontrei nos arquivos de Paris, o *Recueil* de Raguenet.

Mas o projeto mais importante é o do Cassino, no qual fica claro que o ecletismo não é propriamente um estilo, mas uma *démarche*, em que o gesto do recorte associa partes saídas de sistemas de referências diversos e as compõe e adapta a outras escalas e em função de novos programas.

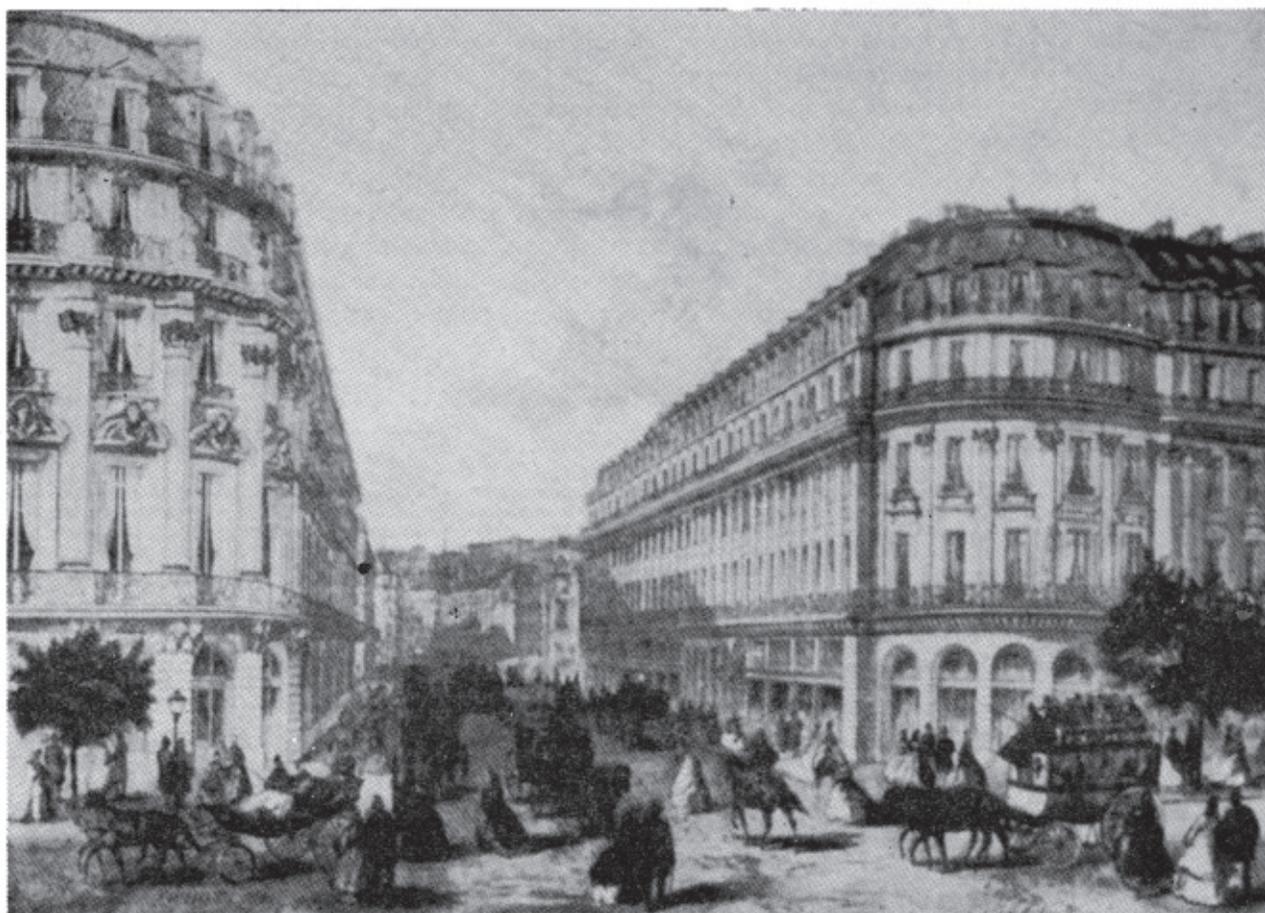
A inserção de espaços verdes no conjunto da cidade - *squares*, parques e praças -, típicos de haussmanização, não foi retomada de forma sistemática na geometria fechada da trama de Belo Horizonte; e o que foi desenhado acabou não sendo realizado. O fracasso do parque não decorreu apenas de um orçamento reduzido; se partirmos de uma análise das relações entre os atores sociais e o espaço público, confirma-se a dúvida dos cronistas de que sua freqüência não faria parte dos hábitos da população como em Paris. A crítica ao parque nas crônicas de 1894 retrata a realidade do país: "a cidade não tem edifícios como na Europa, onde as pessoas se comprimem em prédios de cinco andares ou mais, sem se conhecerem, vivendo como dentro de gavetas de uma cômoda" (27). Este modo de habitar era uma garantia à freqüência dos parques, diante

dos quais os brasileiros eram indiferentes.

Na verdade, o parque foi uma idéia importada e imposta sob críticas quanto a sua desproporção em relação à cidade e ao número de habitantes - daí as constantes mutilações de seu espaço (28).

Quanto à Praça da Liberdade, projetada também por Villon, ela constitui um exemplo da aplicação dos princípios do que Alphand chamava de "salões verdes" (*salons de verdure*). Essa praça ocupa uma esplanada artificial que foi organizada de forma pitoresca com os elementos codificados do gênero: caminhos serpentinados, um lago com uma pequena ponte, bancos, estátuas, lampadários, quiosques. Neste jardim foram criados vários grupos paisagistas, um dos quais é singular: a imitação reduzida do pico do Itacolomi, que constitui o fundo da paisagem da velha capital, tornou-se uma forma decorativa no meio das plantas. Esta imagem de intervenção humana na natureza, típica do século das Luzes, segue de perto os princípios descritos por Reynaud no seu tratado.

Resumindo, poderíamos dizer que a idéia de organizar uma capital, tentando



fazer dela um ponto de polarização administrativa e colocando para funcionar um certo número de instituições, bem como a intervenção no território sob a caução do Estado - desapropriar, demolir, nivelar, fazer esgotos - são também gestos típicos da haussmanização se buscarmos analogias mais pertinentes. Da mesma forma, os objetivos da planta de Belo Horizonte se aproximam dos de Haussmann: "a divisão da área em seções, quarteirões, lotes, com avenidas e ruas necessárias para a comunicação rápida e fácil de seus habitantes e para a boa aeração e higiene" (29). Mas entre as representações, as práticas e os usos, as desarticulações se dão em todos os níveis.

Um último exemplo entre as idéias vindas de Paris, e teoricamente pertinentes para uma cidade-capital é a Exposição Permanente, destinada a funcionar como uma vitrine das riquezas e da indústria do estado; mas ela revelou-se impraticável em Belo Horizonte. Exemplo de que o governo projeta utopias, sem dar à sociedade civil os meios de participar delas. Nesse ponto os engenheiros mais uma vez estavam à frente dos políticos - sabe-se que muito antes deste projeto inviável de 1900 em Belo Horizonte, Vieira Souto, no Rio, diante de proposta semelhante, duvidava da sua eficácia num país desprovido de transportes, de estradas, de créditos, de nível técnico e de organizações coletivas de produção agrária.

As considerações e esboços de análises comparativas sobre eventuais semelhanças e descontinuidades nos ensinam que a crítica de um projeto urbano é indissociável tanto das idéias diretrizes de sua concep-

ção quanto de suas condições de realização. As comparações redutoras confundem, na maioria dos casos, períodos históricos e lugares, não levando em conta que um sistema urbano faz parte de um conjunto de discursos, legislações e práticas de uma sociedade, e que esta não se submete a um modelo sem modificá-lo. Nada melhor do que o devir da cidade ou o confronto dos diferentes ritmos de crescimento para mostrar os limites da comparação e comprovar o caráter conjuntural e efêmero da apropriação. Estes limites se resumem finalmente na complexa articulação entre o espaço e o tempo das formas urbanas; neste raciocínio a universalidade da haussmanização é de fato um equívoco, pois o modelo, fora de Paris, não resiste.

Se a ordem inicial da planta de Belo Horizonte foi sufocada por um crescimento desmesurado, a justaposição desproporcional entre o urbanismo e a arquitetura, que dominou sua imagem nos primeiros decênios, acabou se harmonizando, pois, hoje, os arranha-céus acentuam as perspectivas de escala entre a arquitetura e as ruas - a largura destas encontrando finalmente sua razão de ser. E se na fundação o plano é limitante e impõe uma cidade artificial, a cidade real acaba se expressando: as previsões de crescimento e organização caem por terra em nome do liberalismo selvagem que preside as formas de ocupação do território, onde não há lugar para a urbanidade. O devir da cidade transforma todo e qualquer modelo inicial: a historicidade de cada caso está na base dos limites da comparação.

NOTAS

- 1 Sobre a questão comparativa, consulte: Marc Bloch *aujourd'hui - Histoire Comparée et Sciences Sociales* (atas do colóquio de junho de 1986), Paris, Ed. de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1990; Nancy L. Green, "L'Histoire Comparative et le Champ des Etudes Migratoires", in *Annales ESC*, nº 6, nov.-dez./1990; Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, Paris, Ed. de Seuil, 1979, pp. 84-7. E, ainda, anotações por ocasião da *Sixième Journée Interdisciplinaire: Comparer. La Construction du Comparable dans les Sciences Sociales* (org. Vivi Perraki), Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, março de 1993.
- 2 Já tratei da crítica da noção de "influência" no III Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em História da Arte, 12/16 de julho de 1993, na PUC/RJ. Cf. minha comunicação: "Da Comparação e Vicissitudes de Terminologia à uma História da Arte Experimental".
- 3 Michel de Certeau, *L'Invention du Quotidien (1. Arts de Faire)*, Paris, Folio-Gallimard, edição de 1990; Bernard Lepetit e J. Hoock, "Histoire et Propagation du Nouveau", in *La Ville et l'Innovation: Relais et Réseaux de Diffusion en Europe, 14ème et 19ème siècle*, Paris, Ed. Ehes, 1987; Roger Chartier, "Le Monde Comme Représentation - Rédefinition de l'Histoire Culturelle", in *Annales ESC*, nº 6, 1989.
- 4 Retomo aqui reflexões e imagens da minha tese de doutoramento: *Belo Horizonte: Histoire d'une Capitale au XIXème siècle. Représentations Urbaines et Architecturales Françaises au Brésil - une Étude de Cas*, 3 vols., Paris, Ehes, 1992 (especialmente o capítulo "Le Paysage du Savant: l'Enquête sur le Milieu pour le Choix de la Capitale").
- 5 Sobre esse tema, ler, por exemplo: Marcel Roncayolo, "Prelludio all'Haussmanizzazione. Capitale e Pensiero Urbano in Francia Intorno al 1840", in *Le Città Capitale*, Roma, Ed. Laterza, 1985 e "Le Paysage du Savant", in *Les Lieux de Mémoire - La Nation III*, Paris, Gallimard, 1986; Antoine Picon, *Architectes et Ingénieurs au Siècle des Lumières*, Marselha, Parenthèses, 1988; (org.) O. Marcel, *Composer le Paysage - Constructions et Crises de l'Espace (1789-1992)*, Ed. Champ Vallon, 1989; A. Picon, "Les Modèles de la Métropole - Les Polytechniciens et l'Aménagement de Paris", in *Le Paris des Polytechniciens, des Ingénieurs dans la Ville*, Délégation à l'action artistique

- de la ville de Paris, 1994; B. Belhoste (dir.), *La Formation Polytechnicienne 1794-1994*, Paris, Dunod, 1994.
- 6 Recentemente, em exposição de mapas da B. N., que representam o Rio do século XVIII, observei a insistência, por fragmentos, do xadrez das ruas, das árvores enfileiradas e dos jardins geométricos. Sobre as formas de representação da cidade e da paisagem, ver: B. Lepetit, "Images Urbaines", in *Les villes dans la France Moderne (1740-1840)*, Paris, Albin Michel, 1988; Marie-Claire Robic (dir.), *Du Milieu à l'environnement - Pratiques et Représentations du Rapport Homme/Nature depuis la Renaissance*, Paris, Economica, 1992.
- 7 Ver, por exemplo, o artigo que marcou época de J. Castex, J. Ch. Depaule e Ph. Panerai: "Le Paris Haussmannien 1853-1882", in *Les Cahiers de la Recherche Architecturale*, nº 1, Paris, 1977.
- 8 M. Roncayolo, *La Ville et ses Territoires*, Paris, Gallimard, 1990, p. 106.
- 9 Encontramos o nome de Michel Chevallier (1806-79), em L. R. Vieira Souto: "O Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro - Crítica dos Trabalhos da Respectiva Comissão", Rio, Lino C. Teixeira, 1875. Político francês, diretor do jornal dos saint-simonianos, *Le Globe*, autor de *Histoire et Descriptions des Voies de Communication aux Etats Unis, Des Interêts Materiales de la France*, professor de Economia Política, Chevallier defendia o desenvolvimento de instituições de crédito e de educação profissional. Sobre ele, ler: Jean Walch, *Michel Chevallier, Economiste Saint-Simonien*, Paris, Vrin, 1975. Sobre a doutrina, ler: S. Charlety, *Histoire du Saint-simonisme (1825-1864)*, Paris, Bibliothèque Médiations, 1965 (a edição original é de 1931); K. W. Baker, *Condorcet, Raison et Politique*, Paris, Herman, 1988. Sobre a questão levantada, ler: Haussmann, *Mémoires du Baron Haussmann*, vol. III, Paris, Victor Havard Ed., 1893, p. 510; "La Nouvelle Capitale de l'Etat de Minas Geraes", in *Revista Industrial de Minas Geraes*, O. Preto, 15/3/1895, p. 84; e especialmente meu artigo "La Pensée Française dans la Fondation de Belo Horizonte: des Représentations aux Pratiques", in *Revue de l'Art*, nº 105, Paris, CNRS, 1994.
- 10 Cf. Aldo Rossi, *L'Architecture de la Ville*, Paris, 1984, p. 194 e B. Lepetit, "Histoire Urbaine et Espace", in *Espace Géographique*, nº 1, 1980, p. 45.
- 11 Simone Debout, "La Ville de Transition", in *L'Utopie de Charles Fourier, l'illusion Réelle*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1978, p. 247; B. Lepetit, "Voyages en France", in *Composer le Paysage*, op. cit., pp. 126-8; Marcel Detienne, "Qu'est-ce qu'un Site", in *Critique*, t. XLV, nº 503, Paris, 1989, pp. 211-2.
- 12 *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*, I, 1895, pp. 59-60. Sobre o projeto de triangulação em Paris sob Haussmann, ver: Antony Goissaud, *La Construction Moderne*, nº 28, 1925 (citado por J. P. Epron, *La culture Architecturale*, P. Mardaga, 1993, (p. 137 e seg.).
- 13 Cf. *Oeuvres Complètes...*, Ed. Anthropos, 1976, t. IV, p. 300 e t. XII, pp. 696-7.
- 14 Encontramos várias referências ao tratado de Léonce Reynaud (professor na Politécnica de Paris) em: L. R. Vieira Souto, "O Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro - Crítica dos Trabalhos da Respectiva Comissão", op. cit., e na "Refutação da Resposta à crítica dos trabalhos da Comissão...", 1876; neste tratado há um trecho do verbete "Villes" do saint-simoniano Jean Reynaud, originalmente publicado na *Encyclopédie Nouvelle...*, o qual analisamos no artigo citado supra, nota 9. Quanto ao regulamento de Paris está citado no primeiro documento, pp. 107 e seg. É bom observar que grandes textos podem estar presentes numa simples crônica de província: Alfredo Camarate, cronista do *Jornal do Comércio*, que estava em Belo Horizonte por ocasião do início dos trabalhos, cita, *en passant*, Reynaud, e transcreve Viollet-le-Duc, sem dar a referência - cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXIV, 1985 (reedição das crônicas de 1894). Sobre a questão, ver minha tese de doutoramento, citada supra.
- 15 Cf. Jean de Cars e Pierre Pinon, *Paris - Haussmann - "Le Pari d'Haussmann"*, catálogo da exposição realizada no Pavillon de l'Arsenal, em Paris, em 1991; François Loyer, *Paris XIXe Siècle, l'Immeuble et la Rue*, Paris, Hazan, 1987; Marcel Roncayolo e Louis Bergeron, "D'Haussmann à nos Jours", in *Paris, Genèse d'un paysage*, Paris, Picard, 1989.
- 16 Cf. F. Loyer, "Avant-Propos", in J. de Cars..., op. cit., p. 13.
- 17 Sobre a questão, ver: B. Lepetit, "Retour aux Représentations", in *Les Villes dans la France Moderne*, op. cit., pp. 395-7.
- 18 Cf. L. R. Vieira Souto, "Refutação...", op. cit., p. 40. O autor refere-se ainda à população, superior em Paris, que tinha o hábito de frequentar as ruas como vias de passeio.
- 19 *Revue Générale d'Architecture*, vol. XXI, col. 138-40, 1883.
- 20 Cf. *Traité d'Architecture*, 4ª edição, Paris, Dunod Editeur, 1878, p. 557.
- 21 Ver referências da nota 15, supra.
- 22 Eu me refiro aqui à arquitetura urbana, não a este ou aquele monumento, cuja concepção difere da que preside o imóvel. Ler *Mémoires du Baron Haussmann II - Grands Travaux de Paris, 1853-1870*, Guy Durier (ed.), 1979 (fac-simile), especialmente os capítulos, XIV e XV, "Service d'Architecture" e "Architecture et Beaux-Arts". Na paisagem parisiense há vários períodos construtivos, mais nitidamente o haussmanniano e o da Belle Époque - as mudanças estão nas legislações de 1882-84 e 1902. Uma das grandes diferenças é ao nível da regularidade das fachadas que passa a ser quebrada pelas paredes curvas e os bow-windows, do décor em relevo, do triunfo do ornamento. Sobre a questão, ver: *Les Concours de Façades de la Ville de Paris - 1898-1905*, Librairie de la "Construction Moderne", s.d. e F. Loyer, *Paris XIXe siècle - L'immeuble et la rue*, Paris, Hazan, 1987. Sobre a arquitetura da av. Central, ainda está por ser feito um trabalho aprofundado que vá além das etiquetas estilísticas.
- 23 Cf. o artigo "Contra o Parque de Belo Horizonte", in *Minas Geraes*, 19 de agosto de 1917, p. 11; e J. da S. Tavares, "Monographie de Belo Horizonte", in *Brotéria*, vol. XII, Bahia, 1914, p. 79. Pode-se lembrar também de observações de Vauthier: "... la végétation c'est la campagne, et les arbres ne sont pas jugés dignes de se manier aux œuvres des hommes; la théorie des Brésiliens de vieille souche est que ce qui constitue une ville ou qui fait sa beauté, ce sont les maisons...", cf. *Revue Générale d'Architecture*, vol. XI, 1853, pp. 124-5.
- 24 Cf. *O Contemporâneo*, Sabará, 17 de abril de 1895, p. 1 e "O Parque", in *Minas Geraes*, 23 de outubro 1897 e "Un Botaniste Français Pionnier de la Floristique Brésilienne, A. F. M. Glaziou (1828-1906) e ses Collections au Museum", in *Adansonia*, T. III, fasc. 1, Paris, Musée d'Histoire Naturelle, e "Notice Historique sur F. M. Glaziou", in *Bulletin de la Société Botanique de France*, vol. 55, 1908.
- 25 Os parques parisienses do Segundo Império funcionavam como um prolongamento do sistema urbano formando um sub-sistema cuja relativa irregularidade da concepção é superficial pois o arranjo das plantas, águas e mobiliário (quiosques, lampadários) é tão esquematizado quanto as ruas, monumentos e edifícios. É o que observa F. Choay, num artigo antigo, mas "clássico", sobre a questão, marcado pelos enfoques semióticos dos anos 1970: "Haussmann et les Systèmes des Espaces Verts Parisiens", in *Revue de l'Art*, nº 29, 1975. Recentemente, F. Choay voltou ao tema em: "La Nature Urbanisée - l'Invention des "Espaces Verdoyants", in *La Ville, Art et Architecture en Europe, 1870-1993*, catálogo de exposição do mesmo nome, dirigido por J. Dethier e A. Guilheux, Paris, Ed. Centre Georges Pompidou, 1994, pp. 61 e seg.
- 26 Cf. L. Reynaud, "Parcs et Jardins", in *Traité d'Architecture*, op. cit., chap. 2e, pp. 155-63.
- 27 Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, op. cit., p. 185. Marcel Roncayolo assinalou recentemente que o espaço haussmanniano é antes de tudo um espaço público, um lugar de mobilidade. Cf. "Mutations de l'Espace Urbain - la Structure Nouvelle du Paris Haussmannien", in *La ville...*, op. cit., pp. 57 e seg.
- 28 Da superfície prevista de 640.000 m² passou-se a 180.000 m², dos quais cerca de 38.000 m² são ocupados por edifícios.
- 29 Cf. Decreto nº 803, Belo Horizonte, 1895.